Iniciativa foi do próprio Procurador

BRASÍLIA — A informação de que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional deveria executar a dívida de Cr\$ 300 bilhões da Companhia do Metropolitano do Rio foi dada anteontem aos repórteres de três jornais e da EBN por iniciativa do próprio Procurador. Cid Heráclito.

À saída do prédio do Ministério da Fazenda, pouco antes das 19h, ele encontrou no saguão privativo os repórteres do GLOBO, "O Estado de S. Paulo", "Correio Braziliense" e Empresa Brasileira de Notícias (EBN), que esperavam o término de uma reunião entre os Ministros da Fazenda, Francisco Dornelles, e do Planejamento, João Sayad.

Ele próprio tomou a iniciativa de chamar os repórteres:

- Tenho uma novidade para vocês.

Em seguida, ditou: "A Procuradoria Geral da Fazenda vai promover a cobrança executiva da dívida da Companhia do Metrô do Rio de Janeiro, de Cr\$ 300 bilhões, decorrentes de empéstimos não pagos e honrados pelo Tesouro Nacional".

Cid Heráclito acrescentou que a Procuradoria pediria também a penhora de todos os bens da companhia e deixou claro que a medida seria tomada a pedido do Banco do Brasil, que, em nome do Tesouro Nacional, assumiu os compromissos externos da Companhia do Metropolitano. Depois, ele respondeu a perguntas dos repórteres sobre outros processos em exame na Procurado-

possível encontrar uma solução para o problema.

O Secretário de Imprensa da Presidência da República, Fernando César Mesquita, informou que o Presidente se surpreendeu com a afirmação do Procurador Geral e pediu informações ao Ministro Francisco Dornelles, porque sua orientação é no sentido de se encontrar uma solução para a questão da divida do Mes

trô do Rio:

— Não há nenhum motivo para se discriminar o Governo do Estado do Rio.

Em São Paulo, o Ministro do Planejamento, João Sayad, disse desconhecer as razões que teriam levado o Procurador Geral da Fazenda Nacional a anunciar a execução da dívida da Companhia do Metropolitano do Rio.

Governador recorda que o criador do sistema foi o Governo federal

O Governador Leonel Brizola, embora tenha recebido telefonema do Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, comunicando-lhe tratar-se de um equívoco a execução da dívida do Metrô, disse que o Governo Federal "deve se sentir à vontade em suas iniciativas em relação ao Metrô". Acrescentou que a criação do sistema metroviário no Rio foi iniciativa do Governo Federal, que "há muito está faltando em responder por ele como devia".

— Já estamos chegando aos nossos limites de capa-cidade para suportar o ônus que a União nos impôs em anos anteriores. E a simples operação do Metrô, sem a compra de um parafuso, está cus-

tando ao Tesouro do Estado quase Cr\$ 1 bilhão por dia — comentou Brizola.

Segundo a Assessoria de Imprensa do Governo do Estado, o Ministro Francisco Dornelles telefonou ontem cedo para o Governador informando-lhe sobre o equívoco e esclarecendo, segundo nota da Assessoria, que "o Governo Federal já há muito se dispôs a um exame geral da situação do Metrô, sendo uma incoerência estar tomando medidas isoladas". A nota diz ainda que também o Procurador Geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito. telefonou ao Governador para esclarecer que apenas "havia feito uma referência técnica aos jornalistas, mas que tudo dependia da orientação que viesse a assumir o Governo Federal".

Secretário de Transportes prefere não acreditar na execução do débito

— O Governo Federal não precisa penhorar os bens do Metrô. Seria mais conveniente receber o Metrô de volta e assumir integralmente sua operação.

Foi assim que o Secretário de Transportes do Estado, Brandão Monteiro, reagiu ontem à decisão da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional de executar uma dívida de Cr\$300 bilhões da Companhia do Metropolitano contraída em empréstimos externos pagos pelo Banco do Brasil em nome do Baneri.

Ele afimoou que não acredita na execução da dívida e esclareceu que a decisão partiu da área econômica do Governo federal, sem a participação do Ministério dos Transportes. Brandão Monteiro lembrou que há dois meses entregou um relatório ao Ministro Affonso Camargo sobre a situação difícil do Metrô carioca, que acumula um débito de Cr\$ 6 trilhões e um déficit operacional de Cr\$ 14 bilhões por mês.

— A penhora dos bens pela Justiça Federal da Nova República seria uma atitude mais drástica e menos responsável com a população do Rio do que o Governo da chamada Velha República — comentou Brandão Monteiro, que exortou o Sindicato dos Metroviários a se manifestar sobre a disposição da União de executar a dívida.

Dívida equivale a todos os trens

O Presidente da Companhia do Metropolitano, Álvaro Santos, alertou ontem que o metrô poderá parar de funcionar se a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional decidir mesmo executar a dívida de Cr\$ 300 bilhões contraída pela empresa em empréstimos externos. Ele disse que a dívida corresponde a todos os trens do metrô, a cem meses de receita da companhia ou aos 50 terrenos que seriam doados à população para a construção de pracas públicas.

No entender de Álvaro Santos, a execução da dívida seriaum absurdo:

— O responsável por ela é o Governo federal, que decidiu construir o metrô e conseguiu os empréstimos externos para financiá-lo, com o aval do Bando do Brasil.

Ele esclareceu que a companhia deve à União Cr\$ 4 trilhões, ao todo, e o Governo estadual não tem como pagar a dívida, uma vez que gasta Cr\$ 14 bilhões por mês para o metrô funcionar. A seu ver, a solução seria o Governo federal encampar a dívida externa do Metrô, que ele mesmo criou.

A propósito da notícia sobre a execução da dívida externa pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Companhia do Metropolitano divulgou ontem nota na qual acentua que todos os metrôs do mundo são subsidiados pelos governos federais. A nota diz também que a execução da dívida seria uma injustiça com a população do Rio, "que no fundo está pagando pelos desmandos financeiros dos governos federais anteriores".

rô do Rio

GRANDE RIO